

Para economistas e não economistas

Por Dani Rodrik

Valor, 12/03/2021

Economistas nem saberiam por onde começar sem o trabalho de cientistas sociais

Economistas nunca foram tímidos em assumir grandes questões que disciplinas como história, sociologia ou ciências políticas consideram de sua própria competência. Quais foram as implicações de longo prazo da escravidão para a sociedade americana contemporânea? Por que algumas comunidades exibem níveis mais altos de confiança social do que outras? O que explica o aumento do populismo de direita nos últimos anos?

Ao abordar essas e muitas outras questões não econômicas, economistas foram muito além de sua preocupação básica com a oferta e a demanda. Essa transgressão dos limites disciplinares nem sempre é bem-vinda. Outros acadêmicos objetam (quase sempre corretamente) que os economistas não se preocupam em se familiarizar com o trabalho existente nas disciplinas relevantes. Eles se queixam (novamente, com razão) de uma inóspita cultura acadêmica. Repletos de interrupções e questionamentos agressivos, os seminários de economia podem parecer a quem está de fora mais com a Inquisição do que um fórum para colegas comunicarem resultados e prospectar novas ideias.

Talvez a fonte mais importante de tensão, entretanto, surja dos métodos que os economistas trazem para suas pesquisas. Eles contam com ferramentas estatísticas para demonstrar que um determinado fator estrutural teve um efeito “causal” no resultado de juros. Muitas vezes mal compreendido, esse método pode ser fonte de intermináveis e improdutivos conflitos entre economistas e outros.

Compreender as vantagens (e limitações) dos métodos dos economistas explica o valor que eles podem agregar à análise de questões não econômicas. Igualmente importante, ressalta como a abordagem dos economistas pode complementar, mas nunca substituir os métodos alternativos, muitas vezes qualitativos, usados em outras disciplinas acadêmicas.

Vale a pena começar com a própria ideia de causalidade. Em ciências, adquirimos conhecimento sobre a causalidade de uma de duas maneiras. Ou partimos de uma causa e tentamos identificar seus efeitos. Ou partimos do efeito e tentamos determinar sua (s) causa (s). O estatístico da Universidade de Columbia, Andrew Gelman, chamou o primeiro método de “inferência causal direta” (indo da causa aos possíveis efeitos) e o segundo “inferência causal reversa” (indo do efeito às prováveis causas).

Economistas estão obcecados com a primeira dessas abordagens - inferência causal direta. A pesquisa empírica mais altamente valorizada é que aquilo que demonstra que uma variação exógena em algumas subjacentes causas X tem um efeito previsível e estatisticamente significativo em um resultado de interesse Y.

Em ciências naturais, os efeitos causais são medidos por meio de experimentos de laboratório que podem isolar as consequências das variações nas condições físicas sobre o efeito de interesse. Por exemplo, famílias podem ser designadas aleatoriamente para um programa de concessão de dinheiro - com algumas recebendo a renda extra e outras não - para descobrir as consequências da renda adicional.

Na maioria das vezes, a história e a vida social não oferecem condições semelhantes às de um laboratório que permitem que os efeitos das mudanças na condição humana sejam determinados e medidos com precisão. Em vez disso, economistas recorrem a imaginativas técnicas estatísticas.

Por exemplo, eles podem documentar uma associação estatística entre um fator exógeno, como chuvas e a incidência de conflito civil, permitindo-lhes inferir que mudanças nos níveis de renda (devido a flutuações na produção agrícola) são uma causa de guerras civis.

O método dos economistas não fornece uma resposta para a questão “o que causa conflitos civis” (a questão da inferência causal reversa). Ele apenas fornece evidências sobre uma das causas (flutuações de renda), que pode nem mesmo ser um dos fatores mais importantes.

Existem outros truques de prestidigitação que causam problemas aos economistas. Em sua busca pela “identificação” estatística de um efeito causal, esses profissionais frequentemente têm que recorrer a técnicas que respondem a uma versão mais restrita ou um pouco diferente da questão que motivou a pesquisa.

Resultados de experimentos sociais aleatórios realizados em regiões específicas, digamos, da Índia ou do Quênia, podem não se aplicar a outras regiões ou países. Um projeto de pesquisa que explora a variação no espaço pode não produzir a resposta correta para uma pergunta que é essencialmente sobre mudanças ao longo do tempo: o que acontece quando uma região é atingida por uma colheita ruim.

Assim sendo, a pesquisa dos economistas raramente consegue substituir trabalhos de síntese mais completos, que consideram uma infinidade de causas, pesam os efeitos prováveis e abordam a variação espacial e temporal dos mecanismos causais. É mais provável que trabalhos desse tipo sejam realizados por historiadores e cientistas sociais com orientação não quantitativa.

No entanto, esse trabalho é essencial. Economistas nem mesmo saberiam por onde começar sem o trabalho de historiadores, etnógrafos e outros cientistas sociais que fornecem ricas narrativas de fenômenos e fazem hipóteses sobre as possíveis causas, mas não reivindicam certeza causal.

Os economistas podem justificadamente se orgulhar do poder de seus métodos estatísticos e analíticos. Mas precisam ser mais autoconscientes sobre as limitações dessas ferramentas. Em última análise, nossa compreensão do mundo social é enriquecida por ambos os estilos de pesquisa. Economistas e outros acadêmicos devem aceitar a diversidade de suas abordagens, em vez de rejeitá-las ou se ofender com o trabalho realizado em disciplinas adjacentes. **(Tradução de Anna Maria Dalle Luche)**